
Violência Policial: O papel do jornalismo como agente defensor dos Direitos Humanos ¹

Carolina Ferreira da ROCHA²
Agnes de Sousa ARRUDA³

Universidade de Mogi das Cruzes, Mogi das Cruzes, SP

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a conduta da imprensa em relação a casos de violência policial. Para tal, foi escolhido o caso de Rogério Ferreira da Silva Júnior, jovem morto por policiais militares no dia do seu aniversário em agosto de 2020 e sua abordagem nos jornais Primeiro Impacto (SBT) e Balanço Geral (RecordTV). Analisam-se as diferenças nas coberturas realizadas pelas duas emissoras, assim como essas coberturas moldam a opinião pública sobre o caso. O artigo também traz reflexões sobre a violência policial no Brasil, jornalismo, e seu papel na repressão de violações de direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: violência policial; abuso de autoridade; direitos humanos; jornalismo cívico.

1 INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo foi criada em 1808 com a chegada da família real portuguesa. Ainda nessa época, a Guarda Real, trazida juntamente com a comitiva real, seria o embrião da então hoje conhecida Polícia Militar. Em seu cerne, a instituição foi implantada com o intuito de manter a ordem pública e zelar pela segurança do Estado. Porém, após o golpe militar de 1964, a Polícia ganhou outro papel: o de realizar policiamento ostensivo, antes praticado pelas corporações não militarizadas, como a Guarda Civil. A partida de então, os militares passaram a realizar rondas e abordagens. Desde então, o aparelho que tinha o papel de proteger apenas o Estado, passar a garantir a proteção da sociedade como um todo.

No entanto, com o crescimento da população e o aumento da criminalidade que levou São Paulo a atingir 15.810 homicídios em 1999, segundo dados do Instituto de

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade de Mogi das Cruzes, e-mail: carolinarocha1995@hotmail.com.

³ Doutora e mestra em Comunicação pela Universidade Paulista (Unip). Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pelo Centro Universitário Teresa D'Ávila (Unifatea). Professora dos cursos de Design Gráfico, Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade de Mogi das Cruzes, e-mail: agnes@umc.br.

Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o nome da instituição passa a ser envolvido em ocorrências de abuso de autoridade e violência policial, ganhando destaque em diversos meios de comunicação ao longo dos anos.

Nesse sentido, o presente artigo visa analisar o caso do jovem Rogério Ferreira da Silva Júnior, morto por agentes da Rocam (Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas da PMESP) no dia do seu aniversário de 19 anos e como dois dos principais jornais policiais da grade televisiva brasileira, Primeiro Impacto (SBT) e Balanço Geral (RecordTV) noticiaram o acontecido. Além disso, para o andamento desta pesquisa, foram reunidas informações sobre casos de violência decorrentes de intervenção policial em São Paulo entre os anos de 2013 e 2019, trazidos pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Também são utilizados como objeto de estudo, os registros de denúncias de crimes de violação aos Direitos Humanos cometidos por forças policiais no mesmo recorte geográfico, também entre os anos de 2013 a 2019, coletadas pelo Disque 100 (Disque Direitos Humanos) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República subordinada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A pesquisa ainda aborda o levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que aponta que o Brasil possui uma das polícias mais violentas da América Latina, além de trazer características dessas mortes, tais como faixa etária da vítima, raça, gênero, e condição socioeconômica, bem como o horário em que essas vítimas foram alvejadas pelas forças policiais.

À luz do jornalismo, esta pesquisa também busca propiciar uma reflexão crítica sobre o assunto. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), dispõe no Capítulo II, artigo 6º, relativo à conduta profissional, de que é dever do jornalista se opor ao autoritarismo e opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Neste sentido, busca-se levantar questões sobre a ética jornalística a respeito da cobertura de casos envolvendo policiais militares, sobretudo nos programas jornalísticos policiais, tão comuns na grade televisiva brasileira. Além disso, busca-se ressaltar aqui, a importância do jornalismo como agente defensor dos direitos básicos do ser humano, fundamentando-se na teoria do Jornalismo Cívico, trazida por Silva (2012) como

principal meio de combate as injustiças, sobretudo daqueles que tem seus direitos negados ou não reconhecidos.

Dessa forma, o jornalista ativo e engajado nas causas sociais pode auxiliar a população, independentemente do tipo de violação, fazendo com que vítimas e a sociedade não se acostumem com a exploração, a humilhação e o desrespeito e ganhem maior respaldo nas denúncias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A violência policial é uma das principais violações dos direitos humanos nas regiões urbanas nas grandes cidades. De acordo com dados divulgados pelo G1, com base nas informações da Corregedoria da Polícia Militar de SP, os casos de violência policial aumentaram 70% entre janeiro e maio de 2020 na Grande São Paulo (excluindo a Capital), se comparados com o mesmo período de 2019. Segundo o Ministério, a violência policial é a vigésima sexta violação com maior incidência de denúncias no Brasil, representando 0,3% do total de violações registradas em 2019 e 0,9% do total de denúncias. Para o Ministério, a violência policial é uma subcategoria da violência institucional. Entende-se por violência institucional a

[...] praticada nas instituições prestadoras de serviços por agentes públicos ou não. Em muitos casos, essas violações são perpetradas seja por comissão ou omissão de pessoas que deveriam proteger, cuidar, reparar danos às vítimas como crianças, mulheres, idosos, pessoas com deficiência etc. (BALANÇO ANUAL DISQUE DIREITOS HUMANOS, 2018, p.58)

Ainda de acordo como Ministério, a violência institucional ainda é dividida da seguinte forma no Sistema de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e Atendimento (SONDHA): assédio moral; assédio sexual; ausência de acesso a serviços; demora excessiva ou desídia no atendimento; desrespeito a prioridade legal; execução sumária falta de acessibilidade/meio físico; falta de acessibilidade/meios de informação e comunicação; homofobia institucional; má utilização de bem público; omissão; outros; prisão ilegal; recusa de atendimento; superlotação de presídio/de unidades de privação de liberdade, de unidade de custódia e de outras instituições e violência policial

Com esse panorama e entendendo a relevância da temática, é importante contextualizar o trabalho da imprensa como agente ativa e defensora dos Direitos Humanos. Para tal, Silva (2012) aponta que o *civc journalism* (também conhecido como

jornalismo cívico, cidadão ou público) permite apontar e realizar o reconhecimento dos direitos individuais, sobretudo daqueles que tiveram seus direitos negados ou não reconhecidos.

Nesse aspecto são incluídos os casos de violência policial, haja vista que a violência de Estado é classificada como uma violação dos Direitos Humanos, e inclusive figura no Balanço Anual Disque 100 do Ministério da Mulher, da Família e do Direitos Humanos. Dessa forma, o jornalista ativo e engajado nas causas sociais pode auxiliar a população, independentemente do tipo de violação, fazendo com que vítimas e a sociedade não se acostumem com a exploração, a humilhação e o desrespeito.

Assim como apontado por Nasi e Raddatz (2017), retratar casos e histórias onde há violações dos direitos humanos e suas vertentes é papel do jornalismo. Entende-se que, ao abordar esse tema, seu debate é ampliado, o que é necessário para a sociedade democrática em que estamos inseridos.

Uma abordagem mais específica dos assuntos relacionados aos direitos humanos e uma discussão mais aprofundada fazem-se necessárias pelo papel que se espera dos meios de comunicação. Abordar os direitos humanos como tema, não apenas a partir da cobertura episódica de fatos que envolvem direitos humanos, pode contribuir para aprofundar o debate sobre o tema na sociedade, já que o jornalismo produz sentidos e faz circular saberes. (NASI; RADDATZ, p.97)

No entanto, a realidade da imprensa brasileira e de seus jornalistas, salvo engano de alguns veículos especializados em reportar casos de violência de Estado, como o Ponte Jornalismo, é de jornais sensacionalistas e que acatam a narrativa imposta pelos policiais e pelas autoridades em comando. Para Neto (1999) o jornalismo configura como uma das estratégias para realizar o controle da violência policial. Segundo o autor, essa estratégia “ênfatiza a importância de mecanismos de controle externo e informal/convencional das polícias, através da imprensa, da opinião pública, da universidade, de grupos de pressão, particularmente das organizações de direitos humanos nacionais e estrangeiras”. (NETO, 1999, p. 137)

Nesse contexto, entende-se que o papel do jornalismo e da imprensa na repressão, bem além da simples cobertura dos fatos, faz-se essencial. Conforme a teoria do jornalismo cívico, Silva (2012) explica que a intenção desse tipo de jornalismo é o engajamento político do jornalista e seus públicos nos processos políticos e sociais, ou seja, os grupos sociais estimulam jornalistas ao ativismo em prol das causas justas,

retirando o jornalista de sua posição de mero espectador e anunciante das injustiças no mundo.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste artigo, opta-se pela metodologia de pesquisa aplicada, qualitativa e exploratória. Segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010), a pesquisa aplicada tem por objetivo gerar conhecimentos para a aplicação prática e direcionada à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais.

Entende-se que, devido a temática em desenvolvimento neste artigo, a pesquisa aplicada seja a mais bem utilizada, uma vez que há um objetivo macro de expor uma problemática específica, que é a violência policial e o papel do jornalismo como defensor dos Direitos Humanos, e apresentar formas de engajamento dos jornalistas nessas causas.

Já do ponto de vista de abordagem do problema, a pesquisa qualitativa tem por fim coletar informações que visam não somente medir a temática, mas descrevê-lo utilizando de estratégias como opiniões, pontos de vista e impressões. De acordo com Kauark *et al* (2010), a pesquisa qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. (Kauark *et al*, 2010, p.26).

Dessa forma, a pesquisa qualitativa permite uma exploração mais abrangente dos factuais, com a mensuração de variáveis pré-determinadas, que neste artigo será o caso do jovem Rogério Ferreira da Silva Júnior, morto por policiais, e a retratação do caso em dois dos principais jornais policiais da grade televisiva brasileira.

Do ponto de vista dos objetivos desse artigo, opta-se pela pesquisa exploratória. Segundo Gil (1991) apud Kauark *et al*, esse tipo de pesquisa tem por objetivo trazer maior familiaridade com o problema exposto, tornando-o explícito ou para à construção de hipóteses. Além disso, a pesquisa exploratória envolve entrevistas com pessoas que tiveram experiências com a temática abordada; levantamento bibliográfico; e a análise de exemplos que impulsionem a compreensão da problemática, sendo as duas últimas, as formas de desenvolvimento deste artigo: análise da cobertura do caso do Rogério em dois programas policiais, e um levantamento bibliográfico sobre motivações e possíveis soluções para esse tipo de abordagem. Por fim, as técnicas que utilizadas para o

andamento desse artigo são a documentação direta, por meio de fontes estatísticas e arquivos públicos, e a pesquisa bibliográfica aplicada aos meios audiovisuais).

Segundo Lakatos e Marconi (2002) a principal característica da pesquisa documental é que a “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”. Ainda segundo os autores, as fontes estatísticas, um dos tipos de documentação direta, são denominadas como informações advindas de órgãos particulares e oficiais, departamentos municipais estaduais, e podem trazer informações como características da população, fatores e problemas sociais e as manifestações patológicas.

Para tal, serão trazidos os Anuários Brasileiros de Segurança Pública com dados sobre mortes em decorrência de ação policial, além dos dados do Balanço Anual Disque Direitos Humanos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Já em relação a pesquisa bibliográfica Lakatos e Marconi (2002) definem que a pesquisa bibliográfica, ou a de fontes secundárias tem por característica abranger toda publicação realizada ao redor do objeto de estudo, o que inclui boletins, jornais, revistas, livros, produtos audiovisuais e afins.

Quanto a pesquisa voltada para os meios audiovisuais, sobretudo a televisão, os autores definem que é interessante a análise de conteúdo, desde que apresente algum dos objetivos de questões referentes ao conteúdo, aos seus criadores ou causas de conteúdo, ou a audiência ou efeitos do conteúdo. Nesta pesquisa, o foco será voltado para os criadores e às causas de conteúdo (as intenções e outras características dos transmissores).

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 A violência policial no Brasil

A violência policial é uma das principais violações dos direitos humanos nas regiões urbanas nas grandes cidades. De acordo com dados divulgados pelo portal de notícias da Globo, o G1, com base nas informações da Corregedoria da Polícia Militar de SP, os casos de violência policial aumentaram 70% entre janeiro e maio de 2020 na Grande São Paulo (excluindo a Capital), se comparados com o mesmo período de 2019.

Ainda segundo estatísticas levantadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, o Brasil figura com uma das polícias que mais produzem mortes em suas

intervenções na América Latina, juntamente com países como El Salvador e Venezuela, que estão inseridos em um contexto de guerra civil constante e de crises políticas e econômicas, que teoricamente não existe no Brasil. Entre as vítimas, estão em sua maioria homens (99,3%), negros (75,4%) e com idade entre 20 e 24 anos (33,6%). 81,5% das mortes são de vítimas que possuem apenas o ensino fundamental completo, ou seja, que podem se enquadrar como pessoas de baixa renda, moradoras da periferia.

Gráfico 1 - Mortes decorrentes de intervenções policiais.



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

Estatisticamente, os casos de violência policial no Brasil continuam expressivos. Segundo dados Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), divulgado em 22 de junho de 2020, entre o ano de 2011 e 22 de dezembro de 2019, as denúncias de violência policial aumentaram 233%. Vale ressaltar que, esses dados não estão disponíveis no Balanço Anual do Disque 100, destinado exclusivamente para denúncias relativas à violação de Direitos Humanos, divulgado pelo Ministério em 12 de junho de 2020.

Para tal, a pasta informou em sua página oficial na internet que “os dados referentes às denúncias de violações de Direitos Humanos tendo por suspeito agentes de segurança não foram divulgados pois foram identificadas inconsistências em seus registros”. Posteriormente, após reações negativas da imprensa, de órgãos relacionados à segurança pública como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), de entidades ligadas aos direitos humanos, e do Ministério Público Federal (MPF) ingressar com pedido na justiça para que os dados de violência policial fossem incluídos, o Ministério disponibilizou as informações.

Segundo a Nota Técnica Nº 20/2020/ONDH/MMFDH divulgada em conjunto com os dados sobre violência policial, “o número absoluto verificado apresentou queda de 9% comparado ao ano de 2018, indicando uma reversão na tendência histórica de crescimento, mas com número superior aos anos anteriores, excluído o ano de 2018”.

Ainda segundo o Ministério, a violência policial é a vigésima sexta violação com maior incidência de denúncias no Brasil, representando 0,3% do total de violações registradas em 2019 e 0,9% do total de denúncias.

Gráfico 2 - Denúncias de violência policial no Brasil.



Fonte: Balanço Anual Disque Direitos Humanos, 2020.

Para o Ministério, a violência policial é uma subcategoria da violência institucional. Entende-se por violência institucional aquela que é praticada nos órgãos públicos e por seus agentes. “Em muitos casos, essas violações são perpetradas seja por comissão ou omissão de pessoas que deveriam proteger, cuidar, reparar danos às vítimas como crianças, mulheres, idosos, pessoas com deficiência etc.” (BALANÇO ANUAL DISQUE DIREITOS HUMANOS, 2018, p.58)

De acordo com a pasta, a violência institucional ainda é dividida da seguinte forma no Sistema de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e Atendimento (SONDHA): assédio moral; assédio sexual; ausência de acesso a serviços; demora excessiva ou desídia no atendimento; desrespeito a prioridade legal; execução sumária falta de acessibilidade/meio físico; falta de acessibilidade/meios de informação e comunicação; homofobia institucional; má utilização de bem público; omissão; outros; prisão ilegal; recusa de atendimento; superlotação de presídio/de unidades de privação de liberdade, de unidade de custódia e de outras instituições e violência policial.

4.2 Jornalismo, violência policial e direitos humanos

Apesar das estatísticas e estudos que ajudam a traçar o perfil da violência policial no Brasil, é interessante ressaltar que a problemática não é abordada com grande destaque na mídia, inclusive nos telejornais denominados policiais. O jornalismo policial no Brasil acaba sendo representado por programas televisivos como Brasil Urgente (Rede Bandeirantes, apresentado por José Luiz Datena), Cidade Alerta (RecordTV, apresentado pelo jornalista Luiz Bacci), Primeiro Impacto (SBT, apresentado por Dudu Camargo e

Marcão do Povo), Balanço Geral (RecordTV, com diversos apresentadores) e o recém-lançado Alerta Nacional (RedeTV! apresentado por Sikêra Junior).

Todos esses programas reforçam a narrativa de que a utilização da força pelos agentes de segurança é necessária para combater a violência e ter sucesso na repressão de crimes, tratando as ocorrências e perseguições policiais com sensacionalismo exacerbado e direcionando a opinião pública. Para Neto (1999), o jornalismo configura como uma das estratégias para realizar o controle da violência policial. Entre essas estratégias estão quatro mecanismos.

O primeiro é o mecanismo de controle externo e legal, que ocorre através dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com auxílio do Ministério Público. Nesse mecanismo, enfatiza-se a concepção jurídica de violência policial, inibindo o uso ilegal da força por esses agentes. O segundo é o mecanismo de controle interno e legal, através de sanções e punições e da ação das corregedorias de polícia, dirigentes e administradores da polícia. O terceiro mecanismo é de controle externo e informal, através da imprensa e do livre jornalismo, da opinião pública, da universidade, de organizações dos direitos humanos nacionais e estrangeiras. Por fim, o quarto mecanismo é o de controle interno e informal, através da profissionalização da polícia e dos policiais, apoiados em princípios claros de competência e responsabilidade profissional.

Nesse contexto, entende-se que o papel do jornalismo e da imprensa na repressão da violência policial, bem além da simples cobertura dos fatos, faz-se essencial. Conforme a teoria do jornalismo cívico, Silva (2012) explica que a intenção desse tipo de jornalismo é o engajamento político do jornalista e seus públicos nos processos políticos e sociais, ou seja, os grupos sociais estimulam jornalistas ao ativismo em prol das causas justas, retirando o jornalista de sua posição de mero espectador e anunciante das injustiças no mundo. (SILVA, 2012). Nasi e Raddatz (2017) apontam os meios de comunicação como uma das principais formas de garantir o acesso da população ao conhecimento dos direitos humanos e demais direitos garantidos por lei.

O papel dos meios de comunicação, dentro de uma perspectiva de informação voltada para o interesse público, passa pelo compromisso de propiciar, a partir das narrativas jornalísticas, a difusão das discussões em torno desse tema, considerando a informação como condição para que os cidadãos possam usufruir da informação como direito-meio para acessar outros direitos. (NASI; RADDATZ, 2017, p. 100)

A partir dessa reflexão, é possível elucidar a importância da imprensa livre e comprometida com a informação e a verdade, para a diminuição e o combate aos excessos causados pela Polícia Militar país afora.

4.3 Análise de conteúdo

Para corroborar os estudos trazidos até aqui, analisa-se o conteúdo jornalístico produzido a partir do caso do jovem Rogério Ferreira da Silva Júnior, morto por policiais da ROCAM no dia 9 de agosto, data do seu aniversário de 19 anos. Segundo noticiado por diversos jornais e revistas, entre eles o G1, o jovem estava dando uma volta de moto quando foi abordado.

Um jovem saiu de moto para comemorar o aniversário de 19 anos, mas morreu baleado na tarde de domingo (9) após ter sido perseguido e abordado por dois policiais militares de motocicletas, na Zona Sul de São Paulo. Familiares e amigos acusam os agentes da Polícia Militar (PM) de atirarem em Rogério Ferreira da Silva Júnior, mesmo ele estando desarmado. O PM que atirou no rapaz alegou que disparou em legítima defesa porque achou que ele estivesse armado e fosse a atirar. Os próprios policiais admitem, no entanto, não terem encontrado nenhuma arma com a vítima. (G1, São Paulo, 2020)

O caso também teve ampla cobertura na televisão. Para o andamento deste artigo, analisa-se como o caso foi reportado nos jornais Primeiro Impacto (SBT) e Balanço Geral (RecordTV).

4.3.1 Primeiro Impacto (SBT)

O caso de Rogério foi transmitido no programa Primeiro Impacto no dia 10 de agosto de 2020, pelo apresentador Marcos Paulo Ribeiro de Moraes, mais conhecido como Marcão do Povo. A cobertura do caso foi realizada com uma reportagem gravada e com o apoio de uma repórter *in loco*, em frente ao Instituto Médico Legal (IML), onde o corpo do jovem era periciado. Tão logo o apresentador chama a reportagem, o gerador de caracteres (GC) apresenta a primeira inconsistência entre o caso e o que foi reportado pela emissora. Na legenda, é possível ler “SP: Jovem é morto no dia do aniversário. Família acusa PM de ter atirado durante abordagem”.

No entanto, as imagens transmitidas na emissora mostram claramente o jovem sendo alvejado por policiais, antes mesmo de descer da moto ou esboçar qualquer reação. Portanto, não é a família que acusa os policiais de terem atirado no jovem, mas as próprias

imagens de circuito de segurança de casas próximas ao local corroboram que Rogério foi alvejado pelos PMs sem motivo aparente. Após a exibição da reportagem e do relato da mãe do jovem, o apresentador Marcão faz a seguinte declaração:

[...] nós vamos então acompanhar todo o trabalho de investigação porque nós sabemos a dor que a mãe está passando e eu me coloco no lugar da mãe, mas ao mesmo tempo eu conheço também sei da responsabilidade dos policiais em proteger a sociedade e sei também que todos nós somos passíveis de erros, mas acredito que pode ter havido algum...alguma coisa aí. Então é muito precoce eu colocar um comentário onde eu posso estar errando de algum lado, condenando de algum lado, sem realmente ter provas.

Essa é uma abordagem bastante comum nos programas jornalísticos, nos quais a versão dos policiais é priorizada à versão dos familiares e até mesmo de testemunhas que estavam presentes no ocorrido.

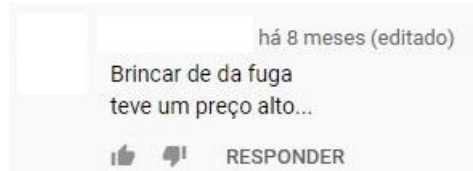
Segundo Capriglione (2015), essa seria uma contra narrativa amplamente utilizada pelos veículos de comunicação, que se baseia em informações repassadas pela assessoria de imprensa da Polícia Militar, e na apuração fácil e rápida, sem a devida profundidade e clareza dos fatos. Ainda segundo a autora, nesses momentos de falha de apuração acontece um fenômeno que é intitulado de manipulação de narrativa. Capriglione (2015) ressalta que quando um jovem trabalhador, inocente e sem antecedentes criminais é assassinado pela polícia, existe sempre a versão de confronto apresentada pela corporação. Essa narrativa acaba por estampar os jornais e as mídias tradicionais, onde não há o devido cuidado ao tratar dos casos de letalidade policial na imprensa.

A vítima, criminalizada, é invariavelmente acusada de ser traficante, de ter resistido à prisão, de estar armada, versão que a mídia tradicional retransmite docilmente e, na maioria dos casos, sem checar. É uma covardia. Dotada de imensa assessoria de imprensa, a Polícia Militar e a Secretaria de Segurança Pública fabricam suas “verdades” contra famílias pobres, desassistidas e desesperadas pela dor e pelo medo, muitas vezes ameaçadas caso ousem falar. (CAPRIGLIONE, 2015, p. 67)

No caso do programa Primeiro Impacto, além da fala do apresentador, Marcão do Povo, a reportagem realizada por Marcelo Bittencourt, bem como a cobertura ao vivo feita pela repórter Fernanda Trigueiro, reforçam a todo momento a versão dos policiais, de que Rogério teria fugido de uma abordagem, que estaria armado, sem capacete, sem habilitação e em uma moto sem placa. Vale ressaltar que não há provas e nenhum registro de que Rogério teria fugido ou de que estaria armado no momento da abordagem. E o que resulta desse tipo de cobertura realizada é a manipulação da opinião pública. Na sessão

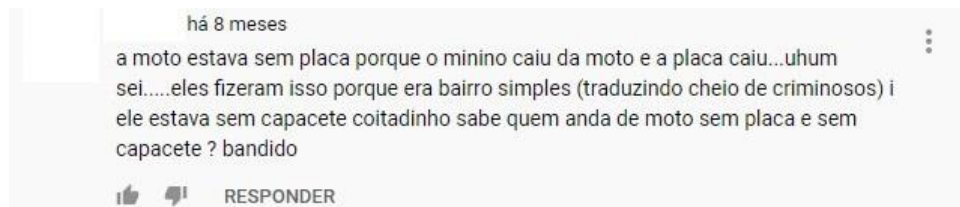
de comentários do vídeo do jornal Primeiro Impacto sobre o caso, não é difícil encontrar falas a favor da narrativa dos policiais, mesmo com as provas contundentes de que a vítima não estaria armada e não oferecia riscos aos policiais.

Figura 1 – Comentário do Vídeo do Caso Rogério



Fonte: Vídeo do jornal Primeiro Impacto (vide referências)

Figura 2 – Comentário do Vídeo do Caso Rogério



Fonte: Vídeo do jornal Primeiro Impacto (vide referências)

4.3.2 Balanço Geral (RecordTV)

Na RecordTV, o caso de Rogério foi transmitido no dia 10 de agosto de 2018 no jornal policial Balanço Geral na edição da manhã comandado pelo apresentador Bruno de Abreu, mais conhecido como Bruno Peruka. A cobertura conta com um *link* no Instituto Médico Legal (IML) e porta da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), com os repórteres Lucas Carvalho e Maria Carolina Paz, respectivamente. Após apresentar o caso, e entrevistar a mãe de Rogério, Roseane Ribeiro, o apresentador e o comentarista Jorge Wilson tecem seus comentários em relação ao caso⁴.

Bruno Peruka: Antes de qualquer questionamento, a gente precisa entender que tem uma mãe que passou o Dia dos Pais fazendo a liberação e documentação do corpo [do filho]. Uma mãe que acabou de perder o filho. Então assim, é algo que não dá nem para questionar “ah, mas seu filho estava sem capacete”. Na imagem, a gente percebe que o menino tá encostando a moto com as duas mãos ali no guidão, e ali, na verdade, ele já estava contido. Ele não tinha plano de correr mais, não tinha para onde ir. De repente ele cai. Então assim, é uma história muito complicada, não tem o que falar para a mãe “ah o filho estava errado, estava sem capacete”. Eu sei que a polícia faz abordagem, é um direito da polícia, é um dever

⁴ As transcrições foram retiradas do vídeo sobre o caso divulgado no site da emissora no dia 10 de agosto de 2020, vide referências.

fazer abordagem, só que como é que você vai... entendeu. Se coloque no lugar da mãe. Olha para você ver, coitada dessa mulher.

Jorge Wilson: Peruka, os agentes da Polícia Militar eles precisam ter preparo, eles precisam estar calmos nesse momento de abordagem, eles têm que ter o equilíbrio, porque se não tiver o equilíbrio, dá no que acaba dando. Olha só a situação. Quem vai tirar a dor dessa mãe hoje, Peruka? O menino nem sequer cortou o bolo para comemorar o aniversário de 19 anos. E as imagens, como você coloca, olha só, ele para a moto com as duas mãos no guidão. Então o que acontece, o policial militar o porquê que atirou? A corregedoria da Polícia Militar precisa apurar isso. Isso é muito sério. Essa mãe vai carregar essa dor para a vida inteira.

Mais adiante, o apresentador tenta relativizar a ação dos policiais, ao que é interrompido pelo colega, Jorge Wilson.

Bruno Peruka: No meu ver, eu vou ser muito sincero. O rapaz estava sem capacete, tudo bem, estava sem capacete, não tinha habilitação, só que...

Jorge Wilson: Peruka, não justifica se atirar. Espera um pouquinho. Está sem capacete? Qual ué o equilíbrio da Polícia Militar: é chegar, fazer a abordagem de forma correta, fazer com que a pessoa pare. Veja bem, as imagens mostram.

Bruno Peruka: Exatamente Jorge. Eu sempre defendo a polícia, sou um cara muito a favor da polícia só que analisando esse trecho da gravação, a gente não percebe que o menino tenha alguma reação, sabe? Ele está com as duas mãos no guidão.

Os jornalistas continuam a debater sobre o caso de forma geral, e chamam mais uma vez a repórter Maria Carolina Paz, que continua com a mãe de Rogério em frente ao DHPP. Nessa cobertura podemos perceber uma postura diferente por parte dos apresentadores. Apesar de também trazer a versão dos policiais sobre o ocorrido, o comentarista Jorge Wilson é enfático ao dizer que a forma que a abordagem foi realizada foi errada, e que não havia motivos para que o policial atirasse no jovem, resultando em sua morte.

Ao mesmo passo, o apresentador Bruno Peruka também segue a mesma narrativa, apesar de tentar, por algumas vezes, enfatizar que o jovem estava sem capacete, não tinha habilitação e não poderia pilotar uma moto sem placa. Ainda assim, Peruka ressalta por diversos momentos que nada justifica a ação truculenta dos policiais militares.

Por diversos momentos, ambos os apresentadores questionam a ação dos policiais, trazendo informações relevantes para o caso, além da imagem do momento em que o jovem é atingido, algo que não foi feito durante a cobertura do caso no jornal da emissora SBT. Além disso, durante a entrevista concedida pela mãe, a repórter em campo tenta

manter um contato mais humanizado, respeitando os limites da mãe e procurando entender o momento que a família está passando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Pacheco (2005), os meios de comunicação são peças essenciais para o pleno desenvolvimento da sociedade em que vivemos. Porém, por muitas oportunidades essa função acaba sendo desconsiderada por parte dos veículos, sendo a informação cada vez mais moldada por parte do público do que o caminho contrário, o que acaba comprometendo o papel da imprensa, que é transmitir a informação com responsabilidade.

Nesse sentido, percebe-se que a cobertura do fato, no jornal Balanço Geral, foi mais ampla, trouxe mais informações e foi mais aprofundada, escutando não somente o lado dos policiais militares envolvidos na ocorrência, mas também da mãe da vítima.

Por sua vez, a reportagem do jornal Primeiro Impacto é mais voltada para a versão dos policiais, e tenta dar uma interpretação de legalidade às ações que resultaram na morte de Rogério. Por todos esses aspectos mencionados até aqui, é latente que o jornalismo policial e as coberturas de casos que envolvem agentes de segurança pública, sobretudo na televisão, necessita passar por uma reformulação. Humanizar a notícia, e realizar a apuração minuciosa dos fatos é necessário para que os noticiários não caiam na conveniência de ouvir apenas um lado, priorizando uma narrativa a outra.

Ainda assim, ressalto que é importante e inerente a profissão jornalística ouvir os dois lados, mas faço das palavras do professor Jonathan Foster, da Universidade de Sheffield na Inglaterra, as minhas: “Se alguém lhe diz que está a chover e outro diz que não está a chover, o nosso trabalho não é publicar os dois lados. O nosso trabalho é olhar para a janela e descobrir o que é verdade”.

REFERÊNCIAS

ACAYABA, Cíntia; ARCOVERDE, Léo. **Número de mortos pela PM em 2020 é recorde em SP; policiais dos batalhões da região metropolitana mataram 70% mais**. G1 SP; GloboNews. São Paulo, 14 de julho de 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3rmcW5L>. Acesso em: 01 de abr. 2021.

BALANÇO GERAL MANHÃ. **"Meu filho saiu na hora errada", afirma mãe de rapaz morto pela PM**. 2020. (14m03s). Disponível em: <https://bit.ly/3wY2jqO>. Acesso em: 02 de mai. 2021.

CAPRIGLIONE, Laura. **Os mecanismos midiáticos que livram a cara dos crimes das polícias militares no Brasil**. In: Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. (Org) Bernardo Kucinski ... [et al.]. São Paulo. Editorial Boitempo. 1ª edição, 2015.

Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória. 04 de agosto de 2007. Disponível em: <https://bit.ly/36OPaFT>. Acesso em: 19 de mar 2021.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3wNLD5i>. Acesso em: 19/03/2021.

_____. **14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3zIRJLI>. Acesso em: 19 de mar 2021.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia de pesquisa: um guia prático**. Itabuna, Bahia. Editora Via Litterarum, 2010.

LAKATO, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5ª. ed. - São Paulo. Editora Atlas, 2002.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Balanco Anual Disque Direitos Humanos**. Distrito Federal, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3zhubrt>. Acesso em: 19 de mar 2021.

_____. **Balanco Anual Disque Direitos Humanos**. Distrito Federal, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2TnosRB>. Acesso em: 19 de mar 2021.

NETO, Paulo Mesquita. **Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle**. In: CIDADANIA, justiça e violência (Org) Dulce Pandolfi ... [et al]. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PACHECO, Alex Rômulo. **Jornalismo Policial Responsável**. Biblioteca on-line de ciências da comunicação. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3xWHHAX>. Acesso em: 02 de mai. 2021.

Polícia Militar do Estado de São Paulo. **História da PM**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3y6vrNO>. Acesso em: 28 de mar 2021.

_____. **Missão e Visão**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3BrnwwE>. Acesso em: 28 de mar 2021.

SBT JORNALISMO. **Vídeo: jovem é morto no dia do aniversário durante abordagem policial | Primeiro Impacto (10/08/20)**. 2020. (08m48s). Disponível em: <https://bit.ly/3rp142J>. Acesso em: 02 de mai. 2021.

SILVA, Ricardo Duarte Gomes. **O papel social do jornalismo cívico e a interação midiática entre o jornalista e as minorias sociais**. Revista de Ciências Humanas. Viçosa, jan/jun 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3eEUEHE>. Acesso em: 28/03/2021.